



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

**PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**

**Consultante:** Comissão Permanente de Licitação  
**Assunto:** Inexigibilidade nº 16.031-15; contratação da Dr<sup>a</sup>. ALINE DA SILVA RIBEIRO.

Trata-se de Inexigibilidade, cujo objeto é a contratação da **ALINE DA SILVA RIBEIRO**, brasileira, Cirurgião Dentista, inscrita no Conselho Federal e Regional de Odontologia, sob o nº. PA-CD: 6197, com Registro Geral nº. 3940336- 2ª via-SSP/PA e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 002.766.532-11, residente e domiciliada sito à Av. David Couvre, 406 – Fidelis Lorenzoni – Brasil Novo-Pará, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para prestar serviços na área de ODONTOLOGIA junto ao Programa de Saúde Bucal, neste município, através da modalidade inexigibilidade de licitação.

É o relatório.

A referida contratação, no valor total de R\$ 28.903,95 (vinte e oito mil novecentos e tres reais e noventa e cinco centavos), valor este que será de R\$ 3.211,55 (Três Mil Duzentos e Onze Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) mensais, com vigência até 31 de dezembro de 2015, poderá efetuar-se mediante Inexigibilidade de licitação, nos termos do caput artigo 25, da lei nº 8666/93, pelo fato de ser a Dr<sup>a</sup>. ALINE DA SILVA RIBEIRO, profissional, com inquestionável reputação ético-profissional.

Para a contratação direta da referida profissional, enquadre-se na hipótese de Inexigibilidade de licitação, se faz necessário que seja justificado a escolha da prestadora e a justificativa do preço como preceitua o parágrafo único do art. 26 da Lei Federal 8.666/93.

Considerado de notória especialização no campo de sua especialidade profissional com desempenho e experiências em desenvolvimento de suas atividades de seus trabalhos é essencial e indiscutível a mais adequada à plena satisfação do objeto do contrato, considerando-se também que o valor dos serviços a serem executados, conforme pesquisa de preço efetuada dentro da categoria, o valor da referida contratação está compatível com as praticadas no mercado.

Sendo assim, manifesto-me pela possibilidade da contratação do referido profissional acima qualificado, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no caput do Art. 25, da Lei de Licitações, cumpridas as formalidades administrativas.

Brasil Novo-Pá, 01 de abril de 2015.

**JUNIOR LUIZ DA CUNHA**  
Assessor Jurídico  
OAB/PA: 15.432